

# Fuga de capitais ameaça o pagamento da dívida externa

Com a expatriação de capitais e queima de reservas, o superávit comercial não cobre o serviço da dívida.

8 DEZ 1986

JORNAL DA TARDE

O presidente José Sarney reconheceu, na sua fala pela rede nacional de rádio e televisão, que o País sofreu uma "fuga de capitais" nos últimos meses. Esta fuga resultou da expatriação de capital por empresas estrangeiras que operam ou deixaram de operar no Brasil (o chamado desinvestimentos) e de "queima" de reservas internacionais, pois o superávit da balança comercial deixou de ser suficiente para o pagamento das obrigações no Exterior — juros e amortizações de dívida.

Os números do Banco Central sobre a queda das reservas estão defasados em mais de três meses. Ao final de agosto, contabilizou-se uma redução de US\$ 1,022 bilhão — comparando-se a dezembro de 1985 — no saldo destas reservas, no conceito de caixa. Já pelo conceito de liquidez do FMI (Fundo Monetário Internacional), o qual soma dinheiro vivo mais promissórias a receber, mesmo que estes papéis sejam duvidosos, como é o caso das "polonetas", as reservas caíram mais: US\$ 1,377 bilhão.

No final de agosto, segundo o Banco Central, as reservas brasileiras líquidas (dinheiro pronto) somavam US\$ 6,668 bilhões, embora no conceito do FMI totalizassem US\$ 9,105 bilhões. Para manter em dia os pagamentos da dívida externa, sem lançar mão das reservas, o Brasil precisa obter, mensalmente, um saldo comercial (exportações menos importações) médio de US\$ 1,0 bilhão.

A partir de junho, porém, o superávit iniciou uma curva descendente, depois da boa performance em março (US\$ 1,143 bilhão, abril (US\$ 1,286 bilhão) e maio (US\$ 1,253 bilhão), refletindo os momentos de euforia após a edição do Plano Cruzado. Quando o saldo do comércio exterior baixou para US\$ 850 milhões em setembro e atingiu o nível mais baixo em outubro (apenas US\$ 210 milhões), a área econômica do governo começou a preparar as medidas do Cruzado II, de forma mais acelerada. O saldo era o mais baixo desde fevereiro de 1983, ano de forte recessão econômica.

As exportações, em outubro, caíram 43%. O componente "consumo interno" — indicando que as importações aumentam e as exportações caem em virtude da necessidade de atender à demanda interna — foi um dos fatores que levaram àquela baixa no superávit. O governo constatou, entretanto, que as vendas do complexo soja (grão, farelo e óleo), de café, açúcar, minério de ferro, calçados, suco de laranja, máquinas, equipamentos e produtos siderúrgicos baixaram também. Só que por outro motivo: os exportadores, muitos dos quais empresas estatais, como o IAA Instituto do Açúcar e do Alcool, e a Cia. Vale do Rio Doce adiaram os embarques à espera de uma desvalorização do cruzado, o que de fato aconteceu em 21 de novembro, seguindo-se a essa as mínis diárias. O objetivo do governo é colocar as

exportações dentro da expectativa de se obter um superávit acumulado de janeiro a dezembro de US\$ 10 bilhões, no mínimo.

As minidesvalorizações diárias do cruzado, ao mesmo tempo, colocam o País nos "eixos" das exigências do FMI e dos bancos internacionais. Estas instituições recomendam aos países do Terceiro Mundo que mantenham a política cambial flutuante, ao invés de congelada, como o Brasil fez após 28 de fevereiro. O objetivo maior do fundo e dos bancos é o interesse de que o Brasil, em especial, consiga superávit comerciais suficientes para assegurar o pagamento da dívida externa. Para que as exportações aumentem, porém, a política cambial deve ser alta (o cruzado perde o valor em relação às moedas de fora) e os salários reais na economia mais baixos, para que a sua participação no preço dos produtos exportados seja em percentual menor e para que estes mesmos produtos possam ser vendidos a preços mais competitivos.

O Cruzado II, ao mudar o índice de correção dos salários para IPC (Índice de Preços ao Consumidor) restrito, procurou adiar o disparo do gatilho de 20% e neutralizar os ganhos obtidos pelos assalariados com o Cruzado I. Posteriormente, o governo descongelará paulativamente os preços para impedir a continuação da fuga de capitais referida pelo presidente Sarney no seu pronunciamento de quinta-feira.